



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 185/2024 INEXIGIBILIDADE Nº 042/2024

CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS

A Prefeitura Municipal de João Pinheiro, inscrita no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, com Sede na Praça Coronel Hermógenes, nº. 60, Centro, João Pinheiro/MG, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público, para ciência dos interessados, que receberá inscrição e documentos, no período de **16/09/2024 a 31/12/2024**, para fins de CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO, VERSANDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL ÉTICO E HUMANITÁRIO DE CÃES E GATOS EM ÁREA URBANA, QUE PREVÊ A ESTERILIZAÇÃO CIRURGICA E MICROCHIPAGEM DE CÃES E GATOS (MACHOS E FÊMEAS) PERTENCENTES A PESSOAS DE BAIXA RENDA, ONG'S, PROTETORES E ANIMAIS ERRANTES, conforme especificações constantes no Anexo II deste Edital. O presente chamamento deriva-se do Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 042/2024, com base no inciso IV do art. 74, combinações dos arts. 78 e 79, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores alterações, Decreto Municipal 660/2023. Este Edital e seus Anexos estão disponíveis no endereço eletrônico/site: www.joaopinheiro.mg.gov.br (licitações).

1 - INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1.1 - Os documentos exigidos para fins de credenciamento (habilitação e proposta) deverão ser encaminhados ao Agente de Contratação, preferencialmente de forma eletrônica através do e-mail licita@joaopinheiro.mg.gov.br, ou poderão ser entregues de forma física por envelope devidamente identificado e protocolado junto ao Setor de Protocolo, no endereço: Praça Cel. Hermógenes, 60, Paço Municipal, Centro, João Pinheiro-MG, Cep: 38.770-000, dentro do prazo estipulado para credenciamento, contados a partir da data da publicação do Edital.

1.2 – **DOS CREDENCIAMENTOS:** O prazo para os interessados credenciar-se perante o presente Chamamento, será durante a sua vigência contados a partir da data de publicação do Edital, ou seja, a partir do **dia 16 de Setembro de 2024 até o dia 31 de dezembro de 2024.**

1.2.1 - O credenciamento será distribuído por itens, para os quais os interessados poderão participar de um ou mais itens.

1.3 - DO ENVIO NA FORMA ELETRÔNICA:

1.3.1 - A empresa que optar por enviar os documentos para credenciamento por e-mail, deverá identificar o e-mail com o título “**PEDIDO DE CREDENCIAMENTO NA CHAMADA PÚBLICA 08/2024**”, os documentos deverão estar eletronicamente/digitalmente assinados.

1.4 - DO ENVIO NA FORMA FÍSICA:

1.4.1 - A empresa que optar por enviar os documentos para credenciamento por envelope,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



deverá estar identificado contendo na sua face externa, o seguinte texto:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO	
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2024	
INTERESSADO:	CNPJ:
TELEFONE:	E-MAIL:

1.5 - O presente Edital terá validade até **31 de Dezembro de 2024**, podendo ser prorrogado a interesse da Administração Pública, nos limites de sua discricionariedade, observadas as legislações pertinentes, cabendo novas contratações durante o período de sua vigência, desde que obedecidas às exigências estabelecidas, conforme necessidade, disponibilidade financeira e orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pinheiro, sendo o prazo das contratações oriundas deste, determinados pela Administração Pública, observados os limites legais.

1.6 - Este Edital está disponível gratuitamente no site: www.joaopinheiro.mg.gov.br, no Portal do PNCP <https://pncp.gov.br/app/editais> e Portal da BNC www.bnc.org.br informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser obtidas pelo interessado junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na Praça Cel. Hermógenes, n.º 60, centro, João Pinheiro/MG, fone (38) 3361-1900 ramal 8 - e-mail: licita@joaopinheiro.mg.gov.br

2 – DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

2.1 - Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recursos e de resultados, serão feitas em órgãos de divulgações oficiais do Município, para este edital o jornal Diário Oficial dos Municípios Mineiros – no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/ (clique aqui – entidade: João Pinheiro - Prefeitura - pesquisar), <https://www.in.gov.br/consulta/-/buscar/dou>, site da Prefeitura www.joaopinheiro.mg.gov.br, no Portal do PNCP <https://pncp.gov.br/app/editais> e no quadro de avisos fixado no átrio desta Prefeitura.

3 – DO OBJETO

3.1 - Constitui objeto deste edital a contratação, por Credenciamento de **clínicas veterinárias** para a prestação de serviço especializado, versando sobre a implantação do programa de controle populacional ético e humanitário de cães e gatos em área urbana, que prevê a esterilização cirúrgica e microchipagem de cães e gatos (machos e fêmeas) pertencentes as pessoas de baixa renda, Ong's, Protetores e animais errantes. Com preços prefixados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo II deste Edital.

3.2 - O credenciamento será distribuído por itens, para os quais os interessados poderão participar de um ou mais itens.

4 - DOS VALORES

4.1 - Os preços são fixos e irredutíveis, podendo, caso haja ajuste dos valores, sofrerem atualizações.

4.2 - É expressamente vedado o pagamento, por parte do Município, de qualquer sobretaxa em



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



relação ao valor referencial de remuneração adotada.

4.3 - Os valores previstos neste Credenciamento incluem todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, gratificação, alimentação de pessoal, fardamento, transporte de qualquer natureza, medicamentos, materiais, utensílios e equipamentos, aluguéis, gases liquefeitos e medicinais, água, luz, telefone, impostos, taxas, seguro/incêndio, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Credenciada de suas obrigações.

5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1 - A abertura dos envelopes e conferência da documentação de habilitação e proposta dar-se-á pelo Agente de contratação, juntamente com a comissão de contratação, ficando a cargo dos proponentes o acompanhamento do processo, caso haja interesse;

5.2 - Cada proponente credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada;

5.3 - Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

5.3.1 - Documento oficial de identidade;

5.3.2 - Procuração que comprove a outorga de poderes, em nome da empresa interessada ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado, em decorrência de tal investidura.

5.3.3 - Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante;

5.3.4 - A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento do preposto impedirá a participação da empresa na abertura dos envelopes;

5.3.5 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um proponente.

5.3.6 - É facultada ao Agente de Contratação juntamente com Comissão de contratação em qualquer fase, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive podendo requisitar do interessado a apresentação de documentos faltantes dentro do prazo estipulado, tendo em vista a natureza de inexistência de competição entre os interessados e em razão dos princípios da eficiência nos atos administrativos.

5.3.7 - A Comissão poderá a qualquer tempo, verificar a autenticidade dos documentos e a veracidade das informações prestadas por atestados, certidões e declarações, bem como solicitar outros documentos que julgar necessário para a avaliação da documentação apresentada, esclarecimentos quanto aos dados apresentados e/ou informações adicionais, visando à perfeita compreensão do pleito e seu enquadramento, assinalando prazo para o interessado complementar a instrução processual, se for o caso.

6 - DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTAÇÃO E ABERTURA DA PROPOSTA E DO JULGAMENTO

6.1 - Os documentos exigidos para fins de credenciamento (habilitação e proposta) deverão ser encaminhados ao Agente de contratação/Comissão de contratação, preferencialmente de forma eletrônica através do e-mail licita@joaopinheiro.mg.gov.br, ou poderão ser entregues de forma física por envelope devidamente identificado e protocolado junto ao Setor de Protocolo, no



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



endereço: Praça Cel. Hermógenes, 60, Paço Municipal, Centro – João Pinheiro – MG – Cep: 38.770-000, dentro do prazo estipulado para credenciamento, contados a partir da data da publicação do Edital.

6.2 - Os documentos e propostas serão analisados pelo Agente de contratação auxiliado pela Equipe de Apoio, instituída pela portaria Municipal 05/2024, que verificará a existência da documentação e conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste.

6.3 - Será desclassificado o proponente que não apresentar a documentação exigida para habilitação, e/ou apresentar proposta em discordância com o exigido no presente.

6.4 - É facultada ao Agente de contratação/equipe de apoio em qualquer fase, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive podendo requisitar do interessado a apresentação de documentos faltantes dentro do prazo estipulado, tendo em vista a natureza de inexistência de competição entre os interessados e em razão dos princípios da eficiência nos atos administrativos.

6.5 - A Comissão poderá, a qualquer tempo, verificar a autenticidade dos documentos e a veracidade das informações prestadas por atestados, certidões e declarações, bem como solicitar outros documentos que julgar necessários para a avaliação da documentação apresentada, esclarecimentos quanto aos dados apresentados e/ou informações adicionais, visando à perfeita compreensão do pleito e seu enquadramento, assinalando prazo para o interessado complementar a instrução processual, se for o caso.

6.6 - Havendo necessidade de inspeção local, serão designados data e local para sua realização, notificando-se o interessado.

7 - DA PROPOSTA

7.1 - A proposta deverá ser apresentada **obrigatoriamente** em papel timbrado do proponente, em **01 (uma) via**, preferencialmente digitada em computador, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo, quanto a expressões técnicas de uso corrente, devidamente datada e assinada (sobre carimbo ou equivalente) pelo proponente ou seu representante legal.

7.2 - Especificação completa dos serviços ofertados (detalhada), de acordo com o Termo de referência (Anexo II) do edital, com informações que possibilitem a completa avaliação do(s) serviço proposto(s) bem como a respectiva quantidade a ser ofertada.

7.3 - O preço a ser pago será o determinado através do levantamento de preços realizado pela Secretaria Municipal de Saúde;

7.4 - No caso de haver revisão na Tabela de Procedimentos, será automaticamente repassado aos prestadores, sem necessidade de celebração de Termo Aditivo;

7.5 - Número da conta corrente, nome e número da Agência, telefone, celular e endereço eletrônico (e-mail).

8 – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1 - As despesas decorrentes deste credenciamento correrão as contas da dotação orçamentária nº: Fichas: 351 - da Secretaria Municipal de Saúde.

9 – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



I - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social com a última alteração ou alteração contratual consolidada, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do certame e deverá estar com situação ativa;
- b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de negativa, em vigor.

III - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, de acordo com o inciso II do artigo 69 da Lei nº 14.133/2021, com data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias, contados da data prevista para sessão pública deste Pregão;

IV - OUTRAS COMPROVAÇÕES:

- a) **Declaração Unificada**, conforme modelo anexo V;
- b) **Alvará Sanitário** ou licença sanitária ou licença de funcionamento da licitante participante expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.
- c) **Alvará de Funcionamento** Atualizado;
- d) Comprovação de registro da licitante na entidade profissional competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



- e) Registro do responsável técnico no Conselho Regional Profissional compatível com o objeto;
- f) Termo de Credenciamento devidamente preenchido (conforme Anexo VII);
- g) Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica do prestador, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional (conf. Anexo VIII);
- h) Declaração afirmando estar ciente das condições do Edital de Chamada Pública nº. 08/2024; que assume a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação do chamamento, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão Permanente de Licitação (conforme Anexo II deste Edital);

10 – DO PROCEDIMENTO

10.1 - A Comissão poderá, durante a análise de documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos porventura necessários.

10.2 - Serão credenciados todos os proponentes que atenderem às exigências contidas neste edital.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

11.1 - Caberá ao credenciado prestar o atendimento conforme especificado no Anexo I deste Edital.

11.2 - Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

11.3 - O Município se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento.

11.4 - Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

11.5 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vício empregatício com o Contratante.

11.6 - A(o) Contratada(o) obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

11.7 - Acatar e respeitar as rotinas e escalas de serviços predeterminadas e estabelecidas, atuando sempre com ética e dignidade.

11.8 - Participar das reuniões convocadas pelo Secretário Municipal de Saúde.

11.9 - Acatar as deliberações da Secretaria Municipal de Saúde

11.10 - É de responsabilidade manter atualizados os números de seus telefones para chamadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



12 – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

12.1 - A remuneração pelos serviços realizados obedecerá aos valores constantes do Anexo II.

12.2 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços e apresentação da Nota Fiscal/Fatura, confirmada pela Secretaria Municipal de Saúde.

12.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.

12.4 - O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

12.5 - Os pagamentos efetuados à(ao) Contratada(o) não a(o) isentará de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

13 – DO REAJUSTE

13.1 - Os preços são fixos e irredutíveis, podendo, caso haja ajuste dos valores por parte da Tabela referencial sofrerem atualizações.

14 – CONTRATO

14.1 - Será firmado o contrato de credenciamento válido até **31 de dezembro de 2024**; podendo ser prorrogado nos termos do Art. 105 e 106, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores alterações.

15 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

15.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes do encerramento do credenciamento.

15.1.1 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, antes do encerramento do credenciamento.

15.1.2 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte endereço: licita@joaopinheiro.mg.gov.br

15.1.3 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.1.4 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16 - DOS RECURSOS

16.1 - O proponente que for inabilitado terá o prazo de **03 (três) dias úteis** contados a partir do conhecimento do fato para recorrerem, devidamente fundamentados, quanto à sua inabilitação conforme estabelecido no art. 165, alínea c, da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores. Preferencialmente por meio eletrônico através do e-mail licita@joaopinheiro.mg.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



16.2 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

16.3 - Decidido(s) o(s) recurso apresentado, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade habilitará o proponente à contratação;

16.4 - A decisão em grau de recurso será definitiva e dela poderão tomar conhecimento os demais interessados.

17 - DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE EXECUÇÃO:

17.1 - A contratação será efetivada mediante o atendimento do disposto neste Edital e às Legislações e Portarias vigentes, pertinentes à matéria, e após a comprovação dos requisitos técnicos.

17.2 – **Os quantitativos serão definidos pela Secretaria Municipal de Saúde** a partir da solicitação do Agente de Contratação e deverá ser apresentado através de um PARECER sobre a aceitabilidade da(s) proposta(s) e lista indicando o(s) quantitativo(s) a ser(em) credenciado(s).

17.3 - Os contratos deverão ser assinados pelas proponentes credenciadas, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei 14.133/21, e alterações posteriores.

17.4 - As proponentes credenciadas que se recusarem a assinar o Contrato, não aceitar ou não retirar o mesmo no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficarão sujeitas à aplicação das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

17.5 - O(s) serviço(s) a ser(em) executado(s) pela empresa vencedora estará sujeito à aceitação pela SMS/FMS, ao qual caberá o direito de recusar, caso o mesmo não esteja de acordo com o especificado no Edital.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATADOS

18.1 – Realizar os serviços especificados de acordo com a programação contida no Edital;

18.2 - Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto contratado.

18.3 - Assumir integral responsabilidade pela boa execução dos serviços, assim como pelo cumprimento dos elementos constantes do processo.

18.4 – Garantir o acesso ao serviço contratado, sendo atendido com gratuidade, conforto, dignidade e respeito para si e seus responsáveis.

18.5 - Apresentar, sempre que solicitado, comprovantes de regularidade para com as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e tributárias;

18.6 - Cumprir as obrigações assumidas em contrato que decorra do presente Edital, nos prazos combinados e qualidade exigida;

18.7 - Apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto;

18.8.1 - E demais condições acrescidas na(s) minuta de contrato de prestação de serviços deste edital.

19 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1 - efetuar o pagamento à **CONTRATADA** até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos documentos fiscais inerentes ao pagamento e dos documentos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



comprovação do serviço prestado, devidamente atestada pelo Fiscal.

19.2 - Vistoriar, periodicamente, as instalações do prestador, visando verificar a manutenção das condições satisfatórias constatadas por ocasião da contratação;

19.3 - Supervisionar e fiscalizar os procedimentos e acompanhar a execução dos serviços saúde.

19.3.1 - E demais condições acrescidas na(s) minuta de contrato de prestação de serviços deste edital.

20 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1 - A inobservância, pelo **CONTRATADO**, das Cláusulas ou obrigações constantes deste contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o **CONTRATANTE**, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas na Lei Federa N.º 14.133/21.

20.2 - A imposição das penalidades previstas neste Parágrafo dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ela ocorreu, através de auditoria analítica e operativa, e dela será notificada o **CONTRATADO**. Essas penalidades poderão não obedecer à ordem em que estão dispostas acima ficando a cargo da **CONTRATANTE** aplicá-las, respeitando o direito de defesa do **CONTRATADO**.

20.3 - O valor da multa deverá ser descontado dos pagamentos devidos do **CONTRATADO**.

20.4 - A imposição de qualquer das sanções não ilidirá o direito da **CONTRATANTE** de exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade tiver acarretado para seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal ou ética do autor do fato.

20.5 - O **CONTRATADO** terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a partir da data da notificação, para interpor recurso contra a aplicação de qualquer penalidade, a ser dirigido a Procuradoria Jurídica da **CONTRATANTE**.

20.6 - A violação ao disposto no CONTRATO, além de sujeitar o **CONTRATADO** às sanções previstas na Lei, autorizará a **CONTRATANTE** de reter, do montante devido ao **CONTRATADO**, o valor indevidamente cobrado, para fins de ressarcimento ao erário público.

20.7 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL – Artigo 92 inciso XIX da Lei 14.133/2021.

20.7.1 - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20.8 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

20.9 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

20.10 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

20.11 – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

20.11.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

20.11.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e a indevidos;

20.12 – Indenizações e multas.

20.13 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



20.14 - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

21 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1- Fica reservada à CONTRATANTE a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, aditar, adiar, revogar, de acordo com seus interesses, ou anular o presente Edital, sem direito, às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

21.2 - Participar deste Edital implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste Edital e seus anexos;

21.3 - O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta das proponentes, farão parte integrante do contrato e/ou outro documento equivalente, independentemente de transcrição;

21.4 - As normas que disciplinam este Edital serão sempre interpretadas em favor do interesse público, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

21.5 - Aos casos omissos e demais disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e demais legislações pertinentes.

21.6 - Os proponentes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

21.8 – A homologação do resultado deste Edital não importará em direito à contratação.

21.9 - No caso de ausência da solicitação pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação.

21.10 - O resultado deste Edital de Chamamento será publicado no Diário Oficial do Município no site <https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar>.

22 - CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

22.1 - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Lei nº 12.846/2013 e decreto nº 8.420/2015 e seus regulamentos e fazer-se cumpri-las.

22.2 - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

22.2.1 - “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

22.2.2 - “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

22.2.3 - “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

22.2.4 - “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

22.2.5 - “prática obstrutiva”:

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima;

(II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22.3 - Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do(a) CONTRATADO(a), em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

22.4 – Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR.

22.5 - Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013

22.6 - A CONTRATADA obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país. Art. 4º do Termo de Integridade e Ética competente para as providências cabíveis.

23 - DO FORO

23.1 – Fica eleito o foro da Comarca de João Pinheiro/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação que não puderem ser compostos pela conciliação, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme Art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

24.3 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - RELAÇÃO DOS ITENS

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS VALORES

ANEXO VIII – MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO IX – MODELO DE RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E DA EQUIPE DA PESSOA JURÍDICA

João Pinheiro/MG, 12 de Setembro de 2024.

Ana Paula Sanchez da Cruz
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO I – RELAÇÃO DOS ITENS

RELAÇÃO DOS ITENS COM VALORES ESTIMADO

1 - OBJETO: Aquisição de insumos/medicamentos de Ordem Judicial.

2 - DESCRIÇÃO DETALHADA: Conforme Termo de Referência, parte integrante e inseparável deste Anexo.

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO
01	450	Serviço	Orquiectomia Cachorro (Macho), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos	R\$ 250,00
02	450	Serviço	Ovário-Histerectomia Cachorra - (Fêmea), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos	R\$ 300,00
03	84	Serviço	Orquiectomia Gato (Macho), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos.	R\$ 150,00
04	84	Serviço	Ovário-Histerectomia Gata - (Fêmea), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimentos cirúrgico e anestésicos.	R\$ 200,00
05	1.000	Serviço	Microchipagem	R\$ 20,00
06	300	Serviço	Diária de internação	R\$ 50,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

8

Termo de Referência

(Artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/21)

01) OBJETO

Credenciamento de Pessoa Jurídica para cumprimento do Termo de Compromisso Positivo firmado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG versando sobre a implantação do programa de controle populacional ético e humanitário de cães e gatos em área urbana, que prevê a esterilização cirúrgica e microchipagem de cães e gatos (machos e fêmeas) pertencentes a pessoas de baixa renda, ONG's, protetores e animais errantes.

1.1) Credenciamento para prestação de Serviços de Clínicas Veterinárias, para atender as demandas do Município de João Pinheiro/MG.

DETALHAMENTO DO OBJETO						
ITEM	CÓDIGO	QUANT.	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7.		450	Serviço	Orquiectomia Cachorro (Macho), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos	R\$ 250,00	R\$ 112.500,00
8.		450	Serviço	Ovário-Histerectomia Cachorra - (Fêmea), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos	R\$ 300,00	R\$ 135.500,00
9.		84	Serviço	Orquiectomia Gato (Macho), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos.	R\$ 150	R\$ 12.600,00
10.		84	Serviço	Ovário-Histerectomia Gata - (Fêmea), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimentos	R\$ 200	R\$ 16.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

9

				cirúrgico e anestésicos.		
11.		1.000	Serviço	Microchipagem	R\$ 20,00	R\$ 20.000,00
12.		300	Serviço	Diária de internação	R\$ 50,00	R\$ 15.000,00
Total Geral Estimado para Contratação				R\$ 312.400,00		

1.2) As quantidades acima descritas representam a necessidade total estimada para 12 meses, pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo que, havendo pluralidade de interessados para um mesmo serviço, os quantitativos serão distribuídos conforme necessidade da Secretaria.

1.2.1) Ainda, considerando que no ano de 2023 não foram realizados credenciamentos de serviços dessa natureza, o quantitativo previsto se fundamenta com base no que foi exigido pelo Termo de Compromisso Positivo firmado entre a Prefeitura Municipal de João Pinheiro e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

1.3) O Instrumento Contratual deverá produzir seus efeitos até o dia 31/12/2024, havendo a possibilidade de prorrogação de vigência e de aditamento, desde que comprovada para a Administração a vantajosidade em se manter o contrato vigente. Ainda, solicitações de aditamentos e prorrogação de prazo serão admitidos em até 20 dias antes do encerramento do contrato ou até que seu saldo se finde.

02) Fundamentação da contratação

2.1) O credenciamento disposto neste Termo tem como finalidade atender ao Termo de Compromisso Positivo firmado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG versando sobre a implantação do programa de controle populacional ético e humanitário de cães e gatos em área urbana, que prevê a esterilização cirúrgica e microchipagem de cães e gatos (machos e fêmeas) pertencentes a pessoas de baixa renda, ONG's, protetores e animais errantes.

2.2) O Estudo Técnico Preliminar – ETP encontra-se em conjunto ao presente instrumento.

2.3) A aquisição se fundamenta no artigo 3º inciso I do Decreto Federal 11.878/24 em consonância com a lei 14.133/21 no seu artigo 79º inciso I.

2.4) Por se tratar da aquisição de serviços especializados sob demanda, face à demanda existente e a volatilidade do preço mercadológico para o serviço, será utilizado o a instrumento auxiliar Credenciamento, observando-se a prerrogativa de que cada serviço deve ter sua descrição atendida integralmente e que não são dependentes entre si. Seguindo o preceito do Credenciamento pode haver pluralidade de credenciados para um mesmo serviço, tendo em vista que não há interligação e codependência entre os serviços a serem adquiridos. Contudo, fica a critério dos Agentes de Contratação.

03) Descrição da solução

Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

0

DETALHAMENTO DO OBJETO						
ITEM	CÓDIGO	QUANT.	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.		450	Serviço	Orquiectomia Cachorro (Macho), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos	R\$ 250,00	R\$ 112.500,00
2.		450	Serviço	Ovário-Histerectomia Cachorra - (Fêmea), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos.	R\$ 300,00	R\$ 135.500,00
3.		84	Serviço	Orquiectomia Gato (Macho), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos.	R\$ 150	R\$ 12.600,00
4.		84	Serviço	Ovário-Histerectomia Gata - (Fêmea), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos.	R\$ 200	R\$ 16.800,00
5.		1.000	Serviço	Microchipagem	R\$ 20,00	R\$ 20.000,00
6.		300	Serviço	Diária de internação	R\$ 50,00	R\$ 15.000,00
Total Geral Estimado para Contratação				R\$ 312.400,00		

3.1) Os serviços devem ser oferecidos conforme demanda e sob os critérios estabelecidos posteriormente no presente instrumento;

04) Requisitos da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

1

- 4.1) A contratada deverá realizar o trabalho de esterilização animal através de cirúrgica de castração de cães e gatos, machos e fêmeas (acima de 06 meses de idade e menor que oito anos); que deverá ser realizado exclusivamente por médicos veterinários registrados no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV).
- 4.2) Os requisitos da contratação abrangem o seguinte: realização de esterilização por métodos minimamente invasivos, utilizando a técnica de ovariosalpingohisterectomia (OSH) e orquiectomia, aplicados em caninos e felinos, não importando sexo, peso e raça, mas respeitando a idade (mínimo seis meses e máximo oito anos) e estado de saúde aparente do animal, que deverá, obrigatoriamente, passar por avaliação técnica pela Médica Veterinária do Município para posterior encaminhamento à clínica veterinária.
- 4.3) Todos os materiais e medicamentos utilizados deverão possuir registro junto ao Ministério da Saúde ou Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com indicação de uso aos procedimentos realizados;
- 4.4) É obrigatório à equipe veterinária da CONTRATADA ministrar medicação prévia adequada à espécie e porte (sedação e anestésico), de forma que o procedimento seja seguro e indolor, bem como fazer tricotomia anatômica prévia e assepsia adequada do local onde será feito o acesso cirúrgico;
- 4.5) É obrigatória a utilização de material esterilizado para cada animal a ser submetido à cirurgia. Agulhas utilizadas para aplicação de drogas injetáveis deverão ser descartáveis e de primeiro uso para cada animal submetido ao procedimento cirúrgico;
- 4.6) A CONTRATADA deverá atender aos casos de intercorrências ou complicações decorrentes do procedimento cirúrgico que surgirem no pós-operatório até a pronta recuperação do animal;
- 4.7) A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão usados nas cirurgias;
- 4.8) Em caso de óbito do animal decorrente do procedimento cirúrgico ou com suspeitas do mesmo, seja no momento da cirurgia ou nas 72h após a castração, estando o animal sob a guarda da CONTRATADA ou não, deverá ser comunicado o óbito a Vigilância Ambiental que fará uma avaliação para determinação da causa da morte pela Médica Veterinária do município e será preenchido um Atestado de Óbito pela CONTRATADA assinado pelo profissional que realizou a castração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

2

À contratada deverá dar aos cadáveres a destinação final adequada, seguindo a legislação ambiental vigente.

- 4.9) Todos os animais castrados pela empresa CONTRATADA deverão ter implantados microchips com transponder de código exclusivo e inalterável, encapsulado em vidro cirúrgico e com dispositivo antimigratório, para a identificação eletrônica dos mesmos. Cada microchip deve ser acompanhado de uma ficha, a qual deverá ser o RGA e ser entregue ao tutor do animal com a respectiva numeração. Uma cópia do mesmo número deve ser anexada ao prontuário clínico do animal;
- 4.10) Caberá à CONTRATADA a orientação dos riscos anestésicos e inerentes aos procedimentos cirúrgicos e dos cuidados pós-cirúrgicos (colar protetor, repouso, administração de medicação prescrita) no dia da castração. A prescrição dos medicamentos para controle de processos infecciosos referentes ao pós-operatório deve ser adequada à espécie e ao porte dos animais;
- 4.11) O procedimento cirúrgico de castração contemplará 01 (um) retorno pós-operatório para avaliação e, se necessário, a retirada de pontos, que deverá ocorrer no prazo máximo de até 7 (sete) dias após a ocorrência do procedimento cirúrgico de castração. Quaisquer outros procedimentos tais como: consultas, tratamentos, medicamentos, exames, RX, vacinas e demais não estão cobertos pelo contrato;
- 4.12) É facultado ao médico veterinário responsável pelo atendimento VETAR a execução do procedimento cirúrgico em animais que se apresentem em más condições de saúde e que possam implicar em risco de morte ou que as condições do animal possam implicar em insucesso do procedimento;
- 4.13) É obrigatório que cada animal atendido receba prontuário clínico a ser anexado na ficha de cadastramento de castração. Nesse prontuário deverão estar presentes o peso do animal, nome, cor, pelagem, raça, nome, CPF, RG, endereço do tutor/protetor/ONG, endereço do local de captura dos animais errantes, os procedimentos veterinários adotados, o método utilizado na cirurgia, os medicamentos utilizados, o código do microchip implantado e qualquer intercorrência ocorrida desde a sedação do animal até a devolução do mesmo ao tutor, o documento que receberá todas essas informações será o RGA (Registro Geral Animal). Serão 3 vias, uma do tutor, uma da Vigilância Ambiental e uma da CONTRATADA, a qual deve manter essa via desse prontuário arquivada em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

3

- 4.14) A CONTRATADA deverá demonstrar identificação de todo o material e medicação utilizado nas cirurgias, em relatório fotográfico acompanhado de nota de compra destes como de forma a comprovar o registro dos medicamentos no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA e Ministério da Saúde, assim como lote e data de validade da esterilização dos instrumentos usados.
- 4.15) O procedimento cirúrgico e a microchipagem dos caninos e felinos será executado na clínica contratada, que seguirá rigorosamente cronograma elaborado pela Vigilância Ambiental.
- 4.16) Os procedimentos deverão ser executados com os profissionais e equipamentos do serviço credenciado, inclusive com o fornecimento de todos os insumos necessários para prestação de serviço;
- 4.17) O transporte dos animais a serem esterilizados (castrados) até a clínica, será de total responsabilidade dos respectivos tutores. Exceto animais em situação de rua, os quais serão transportados pela Prefeitura Municipal de João Pinheiro;
- 4.18) A Prefeitura Municipal de João Pinheiro se isenta de responsabilidades pela ocorrência de óbito ou dano permanente causado ao animal por imperícia, imprudência, negligência, inabilidade ou mesmo por acidente, devendo a CONTRATADA estar ciente desde já que a responsabilidade pelo procedimento cirúrgico e suas possíveis consequências e de inteira responsabilidade do profissional responsável e da clínica CONTRATADA;
- 4.19) Os profissionais cadastrados na CONTRATADA, atuantes nos procedimentos cirúrgicos de castração e implantação de microchip, serão avaliados e/ou fiscalizados, de forma permanente, pelos técnicos responsáveis da Vigilância Ambiental e Vigilância Sanitária, em relação à técnica cirúrgica empregada e ao protocolo anestésico utilizado, condições de higiene e esterilização de instrumentos, de modo a manter a uniformidade, podendo ser descredenciado, em caso de má prestação do serviço, a ser verificado em processo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa;
- 4.20) É de responsabilidade da CONTRATADA elaborar relatórios periódicos (mensais) dos procedimentos realizados com a indicação do número de procedimentos realizados no período e identificação dos animais submetidos aos procedimentos realizados no período;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

4

- 4.21) Os eventos de castração deverão ser programados entre a CONTRATADA e a Vigilância Ambiental com antecedência e planejamento, sendo definidas as datas e locais;
- 4.22) A CONTRATADA deverá zelar pelo bem estar do animal durante todo período que este estiver sob sua responsabilidade, garantindo que não haja nenhuma forma de estresse, violência, maus tratos, abandono, fugas, agressões físicas ou psicológicas ao animal.
- 4.23) A CONTRATADA deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
- 4.24) Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;
- 4.25) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste documento, devendo ser substituídos no prazo de 1 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 4.26) A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e seus anexos assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço;

05) Modelo de execução do objeto

5.1) O fornecimento dos serviços (esterilização cirúrgica de cães e gatos e microchipagem) se dará mediante a emissão de Nota de Autorização de Fornecimento – NAF em favor da contratada;

5.1.1) Por se tratar da modalidade de Credenciamento, no momento de facção da Nota de Autorização de Fornecimento – NAF, o Departamento de Compras do Município de João Pinheiro, juntamente ao Setor Solicitante, promoverá Pesquisa de Preço junto aos fornecedores devidamente habilitados no futuro certame, a fim de identificar qual estabelecimento promove melhores condições de economicidade à demanda da Administração Municipal;

5.1.2) Os fornecedores interessados a compor o Banco de Fornecedores deverão considerar todos os Critérios de Habilitação e Requisitos de Contratação elencados no presente instrumento para atestarem que estão aptos ao fornecimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS

5

5.1.3.) O fornecedor credenciado deverá considerar dentro do valor apresentado acima contemplar todos os detalhes expostos na descrição do objeto licitado, constante da Tabela de Detalhamento do Objeto, descrito no presente instrumento.

5.2) Para todos os efeitos, o objeto detalhado deverá ser integralmente atendido pela empresa vencedora do certame;

5.3) A contratada receberá um cronograma com a programação de cirurgias mensais, que será enviado pela Vigilância Ambiental.

5.4) A demanda de serviços será emitida pela contratante em favor da contratada mediante apresentação da Nota de Autorização de Fornecimento – NAF, sendo esta, enviada via correio eletrônico ou outro canal de comunicação, imbuída das especificações complementares para prestação de serviços;

5.4.1) No momento de envio da Nota de Autorização de Fornecimento – NAF, a contratante repassará à contratada as informações pertinentes e a devida autorização para a realização do procedimento cirúrgico assim como os dados do tutor e animal e outras informações requeridas;

5.5) A Secretaria reserva-se o direito de NÃO RECEBER o serviço com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste instrumento convocatório, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas e/ou rescindir o contrato;

5.6) Da distribuição do quantitativo entre os credenciados:

5.7.1) A convocação dos credenciados para contratação será realizada de acordo com as regras do edital, respeitado o critério objetivo estabelecido para distribuição da demanda, o qual deverá garantir a igualdade de oportunidade entre os interessados.

5.7.2) A distribuição da demanda entre os credenciados será realizada pela Vigilância Ambiental, através da Médica Veterinária do município.

5.7.3) Para a distribuição da demanda será feita considerando a capacidade da CONTRATADA em realizar os procedimentos cirúrgicos e acomodar os animais até a recuperação da anestesia.

06) Modelo de gestão do contrato

6.1) Os serviços serão recebidos:

a. Após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital, e sua consequente aceitação, que se dará imediatamente após a verificação.

6.2) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dito esgotamento do prazo.

6.3) O Município de João Pinheiro poderá, a qualquer momento, recusar o recebimento do serviço em desacordo com as especificações exigidas, por seu conhecimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

6

específico ou exclusivo critério de avaliação, garantindo à contratada manifestar-se sobre o assunto;

6.4) A verificação será realizada por seus fiscais e funcionários devidamente designados, que por seus conhecimentos técnicos, sendo estes fiscais da Vigilância Sanitária e a Médica Veterinária do município, observando as especificações exigidas, emitirá parecer acerca da aceitação do serviço;

6.5) Na eventualidade dos Setores Solicitantes recusarem-se a receber o serviço por estar ele em desacordo com as especificações exigidas, o Município de João Pinheiro não se responsabilizará por quaisquer despesas ou custos necessários à readequação exigida, não havendo incidência de responsabilidade para eventuais demandas da contratada;

6.6) O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato;

6.7) A gestão do contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação é de responsabilidade do Secretário Municipal de Saúde, o Senhor Gilberto César Carvalho de Andrade;

6.7.1) FISCAL DO CONTRATO:

I – Secretaria Municipal de Saúde:

1º Fiscal: José Aílto Teixeira de Souza – Coordenador da Vigilância Ambiental.

07) Critérios de medição e de pagamento.

7.1) Os serviços entregues serão conferidos e terão a conformidade com a NAF verificada, para fins de aferição da adequação ao exigido no presente instrumento;

7.2) Após o recebimento da ordem de serviço (NAF) e entrega dos serviços, o fornecedor deverá emitir NF até o quinto dia do mês subsequente, para não gerar transtornos ao departamento de contabilidade que tem prazo fixado para lançamento das despesas do município no sistema do órgão fiscalizador.

7.2.1) Preferencialmente, a NF deverá ser entregue em via impressa ao fiscal do contrato no ato da entrega dos serviços solicitados e, também, encaminhada por correio eletrônico, em via digital, ao e-mail fornecido no momento de envio da NAF;

7.3) O fornecedor será remunerado exclusivamente de acordo com os serviços, quantidades e preços previstos no edital. O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo do item, através de Termo de Recebimento mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento;

7.4) A contratada deverá apresentar, junto ao documento fiscal (NF) as Certidões de Idoneidade Fiscal (CNDs Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e de FGTS), a fim de comprovar regularidade fiscal e anuência perante aos órgãos fiscalizadores e fazendários;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS

7

7.5) O pagamento será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária, conforme a entrega dos itens, de acordo com a demanda, mediante a apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado;

7.6) É vetado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato;

08) Forma e critérios de seleção do fornecedor.

8.1) Os critérios de seleção são aqueles previsto em edital, em conformidade com o artigo 62 da Lei nº 14.133/2021 e o artigo 11 do Decreto Federal 11.878/24.

09) Estimativas do valor da contratação

DETALHAMENTO DO OBJETO						
ITE M	CÓDIG O	QUANT .	UND	ESPECIFICAÇÃ O	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.		450	Serviço	Orquiectomia Cachorro (Macho), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos	R\$ 250,00	R\$ 112.500,00
2.		450	Serviço	Ovário-Histerectomia Cachorra - (Fêmea), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos.	R\$ 300,00	R\$ 135.500,00
3.		84	Serviço	Orquiectomia Gato (Macho), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos.	R\$ 150	R\$ 12.600,00
4.		84	Serviço	Ovário-Histerectomia Gata - (Fêmea), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento	R\$ 200	R\$ 16.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

8

				cirúrgico e anestésicos.		
5.		1.000	Serviço	Microchipagem	R\$ 20,00	R\$ 20.000,00
6.		300	Serviço	Diária de internação	R\$ 50,00	R\$ 15.000,00
Total Geral Estimado para Contratação				R\$ 312.400,00		

10) Adequação orçamentária.

10.1) As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos próprios, no orçamento abaixo:

10.1.1) Dotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

1030510042106.3.3.90.39.00 – Ficha 351 – Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica;

10.2) As despesas decorrentes desse termo de referência têm previsão na LDO e PPA vigentes;

11) Garantias

11.1) Em razão do baixo risco da presente contratação e da modalidade indicada para trâmite do certame, garantias contratuais não se aplicam.

12) Obrigações da contratante

12.1) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, podendo sustar ou recusar o produto/serviços em desacordo com as especificações;

12.2) Proporcionar todas as facilidades necessárias à Contratada, inclusive comunicado por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a entrega;

12.3) Fiscalizar se os serviços estão sendo executados conforme as especificações e exigências estabelecidas no contrato;

12.4) Emitir Nota de empenho em favor da Contratada;

12.5) Realizar o pagamento dos serviços, nos termos do contrato;

12.6) Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o objeto da licitação;

12.7) A Secretária Municipal de Saúde é a responsável pela gestão e indicação do fiscal do contrato ou instrumento equivalente oriundo deste Processo de Licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS

9

13) Obrigações da contratada

- 13.1) Entregar os serviços de acordo com o especificado no futuro Edital e seus anexos;
- 13.2) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto ao objeto contratado;
- 13.3) Executar os serviços no local e prazo estipulado;
- 13.4) Substituir, no prazo de determinado por este Município, o objeto que esteja em desacordo com as especificações contidas no termo de referência, sem acréscimo de valor. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas que incidam sobre a execução do contrato;
- 13.5) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a execução do contrato;
- 13.6) Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a execução do contrato;
- 13.7) Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;
- 13.8) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros, aplicando-se ao presente contrato a Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90, em especial os artigos 14 e 20;
- 13.9) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com eles;
- 13.10) Cumprir fielmente o contrato/instrumento equivalente, zelar por sua boa execução, de modo que a entrega/prestação do produto/serviço seja realizada com esmero e perfeição e executar sob sua inteira responsabilidade até o seu término, vedada sua transferência a terceiros, total ou parcial;
- 13.11) Independentemente de transcrição, sujeitar-se às demais obrigações estabelecidas nos Termos de Referência/Projetos Básicos, no Edital e seus anexos.
- 13.12) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078, de 1990);

14) Subcontratação

- 14.1) Não é admitida a subcontratação do objeto deste termo de referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS

0

15) Sanções administrativas

15.1) A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

16) Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência:

Secretaria Municipal de Saúde:


Angela Maria de Souza
Médica Veterinária CRMV MG 18664

17) Aprovação e assinatura da autoridade do Órgão (Secretário Municipal)


Gilberto César Carvalho de Andrade
Secretário Municipal de Saúde.

João Pinheiro/MG, 30 de agosto de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO III - Estudo Técnico Preliminar



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS

1

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação visa atender ao Termo de Compromisso Positivo (TCP) celebrado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Município de João Pinheiro versando sobre a implantação do Programa de Controle Populacional Ético e Humanitário de cães e gatos em área urbana.

Considerando que o município necessita de uma política pública eficiente de controle populacional e de proteção a cães e gatos, visando a redução do número de animais abandonados em vias urbanas e a proliferação de doenças que acometem a saúde humana e animal.

Considerando que a implantação da política pública que iniba o crescimento da população de cães e gatos pode contribuir para a profilaxia de zoonoses que eventualmente esses animais possam atuar como reservatórios, hospedeiros e/ou vetores, assim como, os impede de causarem incômodos e agravos à população.

Considerando evitar a procriação indesejada de cães e gatos, a redução de animais nas ruas do município, a proliferação de doenças, acidentes (atropelamentos), agressões a humanos (mordidas e arranhaduras) e minimizando os riscos de zoonoses, sendo que a saúde humana está diretamente relacionada a saúde animal.

Assim sendo, necessitamos efetuar a contratação de Pessoa Jurídica (serviço especializado de clínica veterinária), que disponham de local apropriado e profissional especializado e devidamente inscrito no Conselho Federal de Medicina Veterinária para a realização de esterilização cirúrgica de cães e gatos de ambos os sexos e a microchipagem dos animais pertencentes a pessoas de baixa renda, animais errantes, de ONG e aqueles indicados por protetores do município.

2. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO, SE HOUVER

O Município ainda não possui Plano de Contratação Anual, contudo, consta no Planejamento Orçamentário Anual, onde já são previstos gastos com o controle de zoonoses.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

São requisitos da presente contratação os que seguem:

3.1.1. Documentos relativos à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou;

b) Registro Comercial, no caso de empresário individual, ou;

c) em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

2

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

3.1.2. Quanto a **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se empresa individual, ou no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ), se pessoa jurídica, atualizado;

b) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.

d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.

e) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.

f) Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

3.1.3. Quanto a **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresso.

b) Caso a Licitante esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento.

3.1.4. Quanto a **HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

a) Comprovação de capacidade para a execução do objeto deste Edital, mediante apresentação de documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, fornecimento igual ou semelhante a este que está sendo licitado (Atestado de Capacidade Técnica) (art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021).

b) Comprovação de registro da licitante na entidade profissional competente.

c) Alvará de licença sanitária de titularidade da empresa licitante, em plena validade, expedido pelo Órgão competente da esfera Estadual ou Municipal da sede do licitante, compatível com o objeto licitado.

3.1.5. A proponente, **deverá ainda**, sob pena de inabilitação, **declarar:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

3

a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

d) A inexistência de quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Vargem Bonita ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

e) Que não possui funcionário público no quadro societário da empresa;

f) Que está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;

g) Que a empresa conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

h) Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

O orçamento prévio para a execução dos serviços foi fixado tendo por base pesquisa de preços em potenciais fornecedores do município.

4.1. Os quantitativos foram estimados levando em consideração a campanha de vacinação antirrábica animal realizada em anos anteriores e determinação do TCP.

4.2. TABELA DE PREÇOS E QUANTIDADE ESTIMADA:

DETALHAMENTO DO OBJETO						
ITEM	CÓDIGO	QUANT.	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.		450	Serviço	Orquiectomia Cachorro (Macho), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos	R\$ 250,00	R\$ 112,500,00
2.				Ovário- Histerectomia Cachorra -		



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

4

		450	Serviço	(Fêmea), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos	R\$ 300,00	R\$ 135.500,00
3.		84	Serviço	Orquiectomia Gato (Macho), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimento cirúrgico e anestésicos.	R\$ 150	R\$ 12.600,00
4.		84	Serviço	Ovário-Histerectomia Gata - (Fêmea), incluso medicamentos pré e pós-operatório, procedimentos cirúrgico e anestésicos.	R\$ 200	R\$ 16.800,00
5.		1.000	Serviço	Microchipagem	R\$ 20,00	R\$ 20.000,00
6.		300	Serviço	Diária de internação	R\$ 50,00	R\$ 15.00,00
Total Geral Estimado para Contratação				R\$ 312.400,00		

5. ANÁLISE DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a melhor alternativa para solucionar a demanda é o CREDENCIAMENTO de Pessoa Jurídica que atenda aos padrões necessários para a realização dos serviços e, de acordo com as justificativas já acima citadas, sua aquisição atenderá as determinações do TCP, contribuindo para o bem estar dos animais e economia aos cofres públicos do município.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO OU DO MATERIAL

Considerando que o Município de João Pinheiro necessita cumprir determinações do Termo de Compromisso Positivo firmado entre este e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais no que tange o manejo ético e humanitário de cães e gatos na zona urbana, faz-se necessário efetuar a contratação de Pessoa Jurídica (serviço especializado de clínica veterinária), que disponham de local apropriado, profissional especializado e devidamente inscrito no Conselho Federal de Medicina Veterinária para a realização de esterilização cirúrgica de cães e gatos de ambos os sexos e a microchipagem dos animais



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

5

pertencentes a pessoas de baixa renda, animais errantes, de ONG e aqueles indicados por protetores do município.

Visando o controle populacional desses animais, reduzir o número de animais abandonados e errantes, assim como a disseminação de zoonoses com consequente agravo à saúde pública do município, a opção mais viável economicamente é a contratação de Pessoa Jurídica que preste o serviço especificado.

7. JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

O CREDENCIAMENTO é plural, podendo qualquer interessado apto se credenciar.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

Pretende-se com o presente processo executar o credenciamento de clínicas veterinárias para a prestação de serviço especializado de esterilização cirúrgica e microchipagem de cães e gatos (animais pertencentes a pessoas de baixa renda, errantes, indicados por protetores e de ONG's).

O credenciamento é um processo administrativo que permite à administração pública contratar diretamente todos os interessados que preencham os requisitos previamente estabelecidos. O credenciamento pode ter várias vantagens para a administração pública, incluindo:

- Fortalecimento da economia local:

Ao contratar microempreendedores individuais, as prefeituras podem fortalecer a economia local, gerando empregos e promovendo a circulação de recursos dentro da região.

- Transparência e igualdade:

O credenciamento permite que todos os fornecedores que atendam aos requisitos da administração possam participar, garantindo a igualdade de oportunidades para os participantes.

- Integração com outras funcionalidades:

O credenciamento pode ser integrado com outras funcionalidades, como o registro do desempenho de cada contratado no cumprimento de obrigações assumidas em prestações anteriores. Os melhores avaliados podem ter vantagens em situações de desempate ou de atribuição de nota técnica e os piores podem ser descredenciados.

9. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

A estimativa de valor para o ano é de R\$ 312.400,00.

10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

6

Não é necessária, pois a infraestrutura de fornecimento dos serviços já está disponível.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não há.

12. ASPECTOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES

O Programa de castração de animais é uma medida sustentável que beneficia os animais, a comunidade e o meio ambiente, reduzindo o número de animais abandonados, diminuindo a necessidade de recursos para cuidar deles e mitigando o problema de superpopulação. Ainda reduz a probabilidade de disseminação de doenças zoonóticas. A microchipagem garante a identificação dos animais que foram submetidos a castração, assim como permite identificar o tutor destes.

13. MAPA DE RISCOS

Não há.

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação. Justificativa da Viabilidade: face a necessidade da administração, dotação orçamentária e resultado pretendido.

15. INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

A modalidade será CREDENCIAMENTO garantindo transparência e eficiência na contratação, obtendo melhor valor para o dinheiro público, garantindo que a forma escolhida seja a mais adequada para atender os interesses da população.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS

7

16. Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência:

Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância Ambiental


Angela Maria de Souza
Médica Veterinária CRMV MG 18664

17) Aprovação e assinatura da autoridade do Órgão (Secretário Municipal)


Gilberto César Carvalho de Andrade
Secretário Municipal de Saúde.

João Pinheiro-MG, 30 de agosto de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº XXX/2024 - QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO MG, DE OUTRO, A(O) CONTRATADA(O) ABAIXO QUALIFICADA(O), TENDO COMO OBJETO O CREDENCIAMENTO DE CLINICAS VETERINARIAS. DERIVADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2024, PROCESSO Nº 185/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 42/2024: NAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

(PODERÁ SER MODIFICADO PARA MELHOR ADEQUAÇÃO ao interesse público)

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE JOÃO PINHEIRO, inscrito no CNPJ nº 16.930.299/0001-13, com sede na Praça Coronel Hermogenes, 60, Centro, João Pinheiro/MG, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Edmar Xavier Maciel**, e doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº _____, estabelecida na cidade de - no endereço, nº, Bairro....., CEP:, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo senhor(a), inscrito(a) no CPF nº xxx.xxx.xx-xx, daqui por diante, denominada simplesmente **CONTRATADA** e tem entre si, justo e contratado e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com a minuta examinada pela Procuradoria Geral do Município, atendendo ao disposto no Parágrafo Único do artigo 53, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, em conformidade com o Chamamento Público nº **08/2024 - SMS**, o presente CONTRATO, que reger-se-á pelas disposições da Lei nº 14.133, de 01/Abril/2021 e Decreto Municipal nº 660/2023 (Regulamentação Lei 14.133/21) mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO, VERSANDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL ÉTICO E HUMANITÁRIO DE CÃES E GATOS EM ÁREA URBANA, QUE PREVÊ A ESTERILIZAÇÃO CIRURGICA E MICROCHIPAGEM DE CÃES E GATOS (MACHOS E FÊMEAS) PERTENCENTES A PESSOAS DE BAIXA RENDA, ONG'S, PROTETORES E ANIMAIS ERRANTES, SOB O REGIME DE CREDENCIAMENTO AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2024 – SMS.

Parágrafo primeiro – É facultado a CONTRATANTE o direito de fazer acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, na forma do Art.104 da Lei 14.133/21.

Parágrafo segundo – Os quantitativos previstos poderão ser acrescentados ou suprimidos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor inicial do contrato, conforme parágrafo primeiro, do Artigo 125, da Lei n.º14.133/21.

Parágrafo terceiro – A prestação do serviço obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos que integram o Chamamento Público nº **08/2024 -**



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



SMS, e que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

2.1 – DA CONTRATADA:

2.1.1 - Realizar os serviços especificados de acordo com a programação contida no Edital de CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2024;

2.1.2 - Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto contratado.

2.2 - O CREDENCIADO não poderá cobrar do paciente, ou de seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados.

2.3 - Obriga-se a colocar à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, os serviços a que se comprometeu a realizar constantes deste edital.

2.4 - Os PROCEDIMENTOS deverão ser realizados na sede das clinicas credenciadas.

2.5.1 - Os Credenciados atenderão em sede própria, devidamente equipada conforme Termo de Referência constante desta chamada Pública.

2.5.2 - O controle dos procedimentos contratados será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, que deverá também acompanhar e controlar a demanda encaminhada de acordo com a quantidade física e financeira contratada.

2.5.3 - Os profissionais deverão ser habilitados para o atendimento na respectiva área de atuação, devidamente inscritos no Órgão de Classe.

2.6 - Obriga-se a atender todas as solicitações encaminhadas pela Secretaria Municipal de João Pinheiro MG.

2.7 - Atender os animais com dignidade e respeito e de modo humanitário, universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços;

2.8 - Respeitar a decisão do responsável ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de morte, ou se apresentar risco a saúde pública.

2.9- Garantir ao usuário a confidencialidade dos dados e informações sobre sua assistência.

2.10 - Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço.

2.11 - Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Município de João Pinheiro MG ou ao responsável pelo animal.

2.12 - São obrigações dos prestadores de serviços à Secretaria Municipal de Saúde de João Pinheiro MG:

2.12.1 - Informar à Secretaria Municipal de Saúde eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretoria ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas.

2.12.2 - Executar, conforme a melhor técnica os serviços, obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas.

2.12.3 - Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos as obrigações assumidas por força deste edital.

2.12.4 - Permitir o acesso dos supervisores da Secretaria Municipal de Saúde para supervisionar e acompanhar a execução da prestação dos serviços especializados.

2.12.5 - Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



exigidas no credenciamento.

2.12.6 - Comunicar imediatamente ao município por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

2.13 - Assinar o termo de credenciamento no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data da notificação para este fim específico, a qual poderá ser realizada através de email, devidamente comprovado.

2.14 - Manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, bem como as certidões de regularidade fiscal relativa aos débitos para com a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS;

2.15 - E demais condições acrescidas na(s) minuta de contrato de prestação de serviços deste edital.

2.16 - Nos casos em que os equipamentos da contratada estiverem parados, para manutenção preventiva e/ou corretiva, A CONTRATADA deverá providenciar a subcontratação dos serviços, sem ônus para a contratante e sem a paralisação dos serviços.

2.17 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.17.1 - efetuar o pagamento à **CONTRATADA** até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos documentos fiscais inerentes ao pagamento e dos documentos de comprovação do serviço prestado, devidamente atestada pelos Fiscais.

2.17.2 - Vistoriar, periodicamente, os aparelhos do prestador, visando verificar a manutenção das condições satisfatórias constatadas por ocasião da contratação;

2.17.3 - Supervisionar e fiscalizar os procedimentos e acompanhar a execução dos serviços de saúde e demais condições acrescidas neste contrato de prestação de serviços referente a Chamada Pública nº 08/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E EXTENSÃO

3.1 - O contrato vigorará da data da sua assinatura até 31/12/2024.

3.2 - A vigência deste contrato obedecerá ao disposto nos Artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133/21.

3.3 - A prorrogação deste contrato será realizada por meio de Aditivo Contratual.

3.4 - O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

Item	Qtde	Serviço	Vr Unit	Vr Total

4.1 - O município pagará a contratada o valor total de: **R\$**
XX.

4.2 - Os pagamentos serão efetuados no Banco **xxx**, agência **xxxx** conta corrente **xxxx**.

4.3 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLAUSÚLA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



5.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

5.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

5.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

5.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

5.1.4 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega dos serviços objeto desta contratação sem motivo justificado; apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

5.1.5 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

5.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

5.1.7 - praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

5.2.1 - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

5.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

5.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.2.4 – A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

5.2.4.1 - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 01% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

5.2.4.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

5.2.4.2-2 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

5.2.4.3 - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar reforço de garantia contratual.

5.2.4.4 - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato.

5.2.4.5 - 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

5.2.4.5.1 - apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

5.2.4.5.2 - fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato.

5.2.4.5.3 - comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza.

5.2.4.5.4 - prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

5.2.4.5.5 - prática de ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



5.2.4.5.6 - entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

5.2.4.5.7 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

5.2.4.5.8 - dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

5.2.4.6 - no caso de atraso injustificado para entrega de bens ou serviços multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 30% (trinta por cento), conforme determina o artigo 156, inciso II, §3º e 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/21.

5.2.4.7 - A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 15.612, de 6 de maio de 2021.

5.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (Art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.5 - Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.6 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

5.6.1 - as peculiaridades do caso concreto;

5.6.2 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.6.3 - os danos que dela provierem para o Contratante;

5.6.4 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei (Art. 159).

5.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei nº 14.133/21.

5.11 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (Art. 92, XIX da Lei nº 14.133/21)

6.1 - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2 - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

6.3 - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

6.3.1 - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 02 (dois) meses de antecedência.

6.3.2 - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 02 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 02 (dois) meses da data da comunicação.

6.3.3 - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.3.3.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

6.5 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.6 - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.6.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.6.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos, Indenizações e multas.

6.7 - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (Art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

7.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no Art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao Art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao Art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c Art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO/ FISCALIZAÇÃO

8.1 - A gestão deste contrato será de responsabilidade do Secretário Municipal de Saúde Sr **Gilberto Cezar Carvalho de Andrade.**

O fiscal do Contrato será:

- **José Aílto Teixeira de Souza** – Coordenador da Vigilância Ambiental;

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal eletrônica no setor competente, fazendo constar da mesma, discriminação, quantitativo, modalidade de licitação/ nº, item do contrato, nº do contrato, preço unitário e preço total do(s) objeto(s)/serviço(s), devidamente atestada pelo solicitante, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

9.1.1 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.1.2 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar, exceto para empresas que forem optantes pelo “SIMPLES”, e apresentarem cópia do Termo de Opção, após recebimento da Nota de Empenho.

9.2 - As notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas observando o número do CNPJ indicado pela empresa em seu credenciamento e documentos apresentados para habilitação, conforme exigido em edital.

9.2.1 - Não será admitida proposta com condições de pagamento diferente do item 9.1.

9.3 - As faturas que apresentarem incorreções ou procedimentos duvidosos, levantados pela Administração Municipal, serão devolvidas ao emitente e seu pagamento ficará suspenso até sua regularização e reapresentação, data em que iniciará a contagem de novo prazo, não cabendo, neste caso, qualquer reajuste ou sanções à Prefeitura.

9.3.1 - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo fiscal do contrato.

9.3.2 - As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo CONTRATANTE.

9.4 - Para que os pagamentos possam ser efetuados, a contratada deverá apresentar, junto a nota fiscal de produtos/serviços, a seguinte documentação:

I - Documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista;

9.5 - Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

9.6 - É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

9.7 - O pagamento será efetuado sempre em obediência à ordem cronológica de exigibilidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



das obrigações contraídas pela Prefeitura, de acordo com o disposto no “caput” do artigo 141, da Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÕES

11.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente à substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária à modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária à modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada à antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução do serviço.

11.2 - O contratado é obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3 - As alterações contratuais serão promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (Art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO

12.1 - O preço a ser pago é o determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme pesquisa feita no mercado;

12.2 - No caso de haver revisão no valor dos Procedimentos, será automaticamente repassado aos prestadores, sem necessidade de celebração de Termo Aditivo;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1 - Para atender as despesas decorrentes dos credenciamentos, a SMS/FMS valer-se-á de recursos federais arrecadados pelo Fundo Municipal de Saúde e que estão livres e não comprometidos, conforme dotações orçamentárias vigentes na Lei Orçamentária 2024, a seguir



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



descritas e outras a serem discriminadas no ato da contratação, bem como, aquelas que vierem substituí-las nas leis orçamentárias dos exercícios fiscais correntes.

13.2 - Dotação orçamentaria: Ficha 351.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1 - As partes garantem que tomarão todas as medidas de segurança, de governança e boas práticas no tratamento de dados e informações. A adequação das medidas deverá levar em conta a Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e diretrizes, padrões técnicos e boas práticas a serem determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o que poderá incluir selos, certificados e códigos de conduta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de João Pinheiro MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme Art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

15.2 - E por estarem assim ajustados e contratados, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim.

João Pinheiro,,2024.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
Sr. EDMAR XAVIER MACIEL
Prefeito Municipal

Contratado:
Sr(a).
Cargo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PROPONENTE.....

ENDEREÇO:..... CNPJ/MF:

FONE: () _____ - _____

Referência Chamamento Público nº08/2024

Objeto: Credenciamento de **clínicas veterinárias** para a prestação de serviço especializado, versando sobre a implantação do programa de controle populacional ético e humanitário de cães e gatos em área urbana, que prevê a esterilização cirúrgica e microchipagem de cães e gatos (machos e fêmeas) pertencentes as pessoas de baixa renda, Ong's, Protetores e animais errantes.

1 - Declaramos, para todos os fins de direito, de que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de responder judicialmente pelas inconsistências das informações, e de que aceita todas as diretrizes e normas previstas na Constituição Federal de 1988, nas Leis Federais 8.080/90 e 14.133/21, e demais normas pertinentes à prestação de serviços de saúde, bem como todas as exigências e condições constantes do Edital.

2 - Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

3 - Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3 - Não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#).

4 - Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

5 - Os proprietários, sócios e/ou dirigentes da referida empresa NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade até o terceiro grau, com servidores efetivos investidos de cargos de direção, chefia e assessoramento, ou exerçam função gratificada e ainda que façam parte da diretoria de compras e licitações, seja pregoeiro/agente de contratação e ou membro da equipe de apoio, e da comissão de contratação do Município de João Pinheiro ou que exerçam função de fiscalização e gestão de contratos, oriundo do presente processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



licitatório, agentes políticos, prefeito, vice-prefeito e ocupantes de cargos em comissão, da Prefeitura Municipal de João Pinheiro, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração.

6 – Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7 – Estamos sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. SIM () NÃO ().

8 - DECLARA, nos termos do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021 que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Representante legal

Cargo

Assinatura nos termos do artigo 12 §2º da Lei 14.133/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

1-DA EMPRESA PROPONENTE:

Nome empresarial _____ Rua _____
_____ nº _____ Bairro _____
_____ CEP _____ Cidade _____ Estado _____
_____ CNPJ nº _____
_____ Conta Corrente nº _____ Agência _____ Banco _____ Inscrição
Estadual nº _____ Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº _____ Telefone _____
_____ Fax _____ Contador da empresa _____
_____ Telefone _____

2 - DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome _____ Função _____ Data de Nascimento _
_____ Estado Civil _____ Escolaridade _ RG nº _____ Órgão emissor _____ CPF _
_____ Rua _____ nº _____ Bairro _____ Complemento
_____ Cidade _____ Estado _____ CEP _
_____ Telefone _____ Fax _ Celular _____ E-mail _____

Local e data: _/ _/ _/2024.

Representante legal
Assinatura nos termos do artigo 12 §2º da Lei 14.133/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS VALORES

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS VALORES

Referente ao Chamamento Público nº 08/2024

A empresa, estabelecida na Rua cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, Através do seu Responsável Legal DECLARA sob as penas da lei, que se responsabiliza pela prestação dos serviços em conformidade com a legislação pertinente e que concorda em prestar serviços objeto deste edital, aceitando receber os valores preconizados conforme termo de referência.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, em ____ de ____ de 2024.

(nome, CPF, RG e assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO VIII

MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO Nº 08/2024

Ao Município de João Pinheiro - MG

IDENTIFICAÇÃO DO CREDENCIADO/PRESTADOR PESSOA JURÍDICA:

1 – OBJETO: Credenciamento de **clínicas veterinárias** para a prestação de serviço especializado, versando sobre a implantação do programa de controle populacional ético e humanitário de cães e gatos em área urbana, que prevê a esterilização cirúrgica e microchipagem de cães e gatos (machos e fêmeas) pertencentes as pessoas de baixa renda, Ong's, Protetores e animais errantes.

ITENS E RESPECTIVAS QUANTIDADES DISPONÍVEIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor total

DADOS PARA PAGAMENTO:

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

O proponente acima qualificado requer, através do presente documento, o seu **CREDENCIAMENTO** para a prestação de serviços conforme Termo de Referência e anexos, declarando, sob as penas da lei, que as informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras.

Informa ainda que:

- a) Qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação será informado;
- b) Conhece os termos do Edital de Credenciamento, bem assim das informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com as quais concorda;
- c) Está de acordo com as normas e valores definidos, estando também ciente de que os reajustes aplicados aos referidos procedimentos obedeceram às determinações da Secretaria Municipal de Saúde.
- d) Que os valores estão incluídas todas as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desse credenciamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO ESTADO DE MINAS GERAIS



- e) Não se encontra suspenso, nem declarado inidôneo para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;
- f) Não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento;
- g) **Os serviços pleiteados para credenciamento são compatíveis com o seu objeto social, com o registro no Conselho profissional competente, com a experiência, a capacidade instalada, a infraestrutura adequada à prestação dos serviços conforme exigido;**
- h) Realizará todas as atividades a que se propõe. Anexando ao presente requerimento toda a documentação exigida para o credenciamento, devidamente assinada e rubricada pelo representante legal.

(LOCAL). _____ ,
DATA:...../...../.....

.....
RAZÃO SOCIAL/CNPJ/NOME DO REPRESENTANTE LEGAL/ASSINATURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO IX
RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E DA EQUIPE DA PESSOA JURÍDICA

Empresa....., inscrita no CNPJ nº....., interessada em credenciar-se no CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2024 DO MUNICÍPIO DE....., vem informar a relação de profissionais credenciados para prestação de serviços especializados de saúde ao Município de João Pinheiro, conforme quadro abaixo:

Nome do Profissional	CPF	Registro profissional	Função

Obs.: A comprovação de que o pessoal técnico indicado pelo proponente vincular-se-á à execução contratual deverá ser feita através de uma das seguintes formas:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) Certidão do Conselho Profissional;
- c) Contrato social;
- d) Contrato de prestação de serviços;
- e) Termo através do qual o profissional assume o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

(LOCAL).

DATA:...../...../.....

.....

RAZÃO SOCIAL/CNPJ/NOME DO REPRESENTANTE LEGAL/ASSINATURA